

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS)

Projeto Corsan: Soluções para Redução de Perdas no Rio Grande do Sul, Brasil – 15144-01

Idioma original do documento: Português
Data de emissão: Maio de 2025

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

A Companhia Riograndense de Saneamento (o “Cliente”, “CORSAN” ou a “Companhia”) é a empresa responsável pelos serviços de tratamento, distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto em 317 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, atendendo a um público estimado em 7,3 milhões de pessoas. A AEGEA Saneamento (o “Patrocinador” ou “AEGEA”), adquiriu a empresa em dezembro de 2022, quando a estatal foi privatizada. O Patrocinador assumiu a gestão da empresa somente em 7 de julho de 2023. O Cliente busca investimentos para apoiar os objetivos de universalização dos serviços de saneamento até 2033, o que incluem: i) aumento da cobertura dos serviços para alcançar 99% da população com água tratada¹; ii) aumento da cobertura das redes de coleta e tratamento de esgotos para alcançar 90% da população² e iii) redução do índice de perdas³ para atender a meta contratual de 30%.

A missão de Devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) ocorreu em abril de 2025 e incluiu: i) reuniões com as equipes do Cliente sobre temas referentes a gestão de riscos e impactos socioambientais, engajamento de partes interessadas, recursos humanos, controle da contaminação, eficiência energética, relações comunitárias, compliance, responsabilidade social etc.; ii) visita a diversos ativos de saneamento em construção e operacionais, incluindo obras de expansão de redes de água e esgoto, estações de tratamento de esgoto (“ETE”), estações de tratamento de água (“ETA”); iii) revisão de documentos como políticas, procedimentos, documentos legais e outros e iv) visita e entrevistas junto as comunidades na área de atuação do Projeto.

Durante o processo de DDAS, os seguintes documentos foram revisados para avaliar o compromisso do Projeto com os direitos humanos e sua tolerância zero para represálias: i) o Código de Ética e Conduta; ii) a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual, Importunação Sexual e Exploração ou Abuso Sexual de Mulheres e Crianças; iii) a Política de Uso do Canal de Ética; iv) a Política de Consequências e Medidas Disciplinares, dentre outros. Esses documentos descrevem as políticas e procedimentos do Projeto voltados para a proteção dos direitos humanos e a garantia de um ambiente seguro para que as partes interessadas possam expressar suas preocupações sem medo de retaliação.

¹ Atualmente o índice de cobertura com as redes de tratamento e distribuição de água é de 99%.

² Atualmente o índice de cobertura com as redes de coleta e tratamento de esgotos é de 28%.

³ O índice médio de perdas de água tratada atualmente está em 42,4%.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o projeto foi classificado na categoria B porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos e riscos: i) geração de resíduos sólidos; ii) contaminação de mananciais; iii) interferências com comunidades locais; iv) interferências com o trânsito veicular; v) incremento da possibilidade de acidentes com pessoal próprio e terceiros; vi) riscos de rupturas e vazamentos em redes e adutoras de água e esgoto; e vii) reassentamento de famílias. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média a média-alta e são considerados limitados ao entorno dos ativos do Projeto, podendo ser gerenciados por meio de medidas de gestão prontamente disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta.

Os Padrões de Desempenho (PS) acionados pelo projeto são: i) PS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PS2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PS3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição, iv) PS4: Saúde e Segurança da Comunidade, e v) PS7: Povos Indígenas.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

O Cliente atua em 317 municípios no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e atende a 3.002.000 economias ativas com o abastecimento de água e 682.000 economias⁴ com coleta e tratamento de esgotos. Os contratos da Companhia atendem a cada um dos municípios cobertos pela concessão.

A Companhia está dividida em 5 Diretorias que cobrem 5 regiões em todo o Estado do Rio Grande do Sul incluindo: i) Diretoria Sul, englobando a região Sinos e Sul; ii) Diretoria Leste, abrangendo as regiões Metropolitana de Porto Alegre e Litoral Norte; iii) Diretoria Oeste, atendendo as regiões da Fronteira e Pampa; iv) Regional Central, abrangendo a região central do estado e a região das missões e v) Diretoria Norte, abrangendo as regiões Nordeste e Planalto.

Os principais ativos de água e saneamento estão distribuídos em todos os municípios e incluem: i) 166 ETA; ii) 956 poços de abastecimento e iii) 170 ETE. Esta infraestrutura é complementada com Estações Elevatórias de Água Tratada (“EEAT”); Estações Elevatórias de Esgoto (“EEE”), reservatórios, barragens de acumulação de água, redes de distribuição de água tratada e sistemas de coleta de esgoto.

Em 2024 o volume de água produzido nas ETA da Companhia atingiu 519.850.159 m³ e o volume produzido em poços de abastecimento alcançou 105.159.509 m³. No mesmo ano, o volume de esgotos tratados foi de 57.688.394 m³.

⁴ Economia é o imóvel ou subdivisão de imóvel, com numeração própria, caracterizada como unidade autônoma de consumo, atendida pela rede pública para abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário por ramal próprio ou compartilhado com outras economias.

3.2 Riscos contextuais

O principal risco contextual do Projeto é a exposição dos ativos de saneamento à mudança climática. O Estado do Rio Grande do Sul está sujeito à influência de eventos climáticos extremos incluindo estiagens, tempestades severas e inundações. Desde que a AEGEA assumiu a companhia em 2023 houve o registro de 7 eventos severos, incluindo 2 estiagens severas⁵ e 5 de fortes tempestades⁶.

A maior catástrofe climática já registrada no estado ocorreu em maio de 2024: os efeitos do El Niño geraram o bloqueio de uma frente fria carregada de umidade sobre o estado, gerando excesso de chuvas e a inundações catastróficas que atingiram 475 municípios e afetaram 2,3 milhões de pessoas. Este evento teve as seguintes consequências para a Companhia: i) alagamento de ETAs e ETEs, ii) falta de energia para operação de bombas e motores; iii) obstrução nas redes de captação de água gerada por vegetação e destroços trazidos pelas enchentes; iv) impedimento de acesso a zonas afetadas; v) alagamento de lojas de atendimento de clientes; vi) cortes no funcionamento de centrais de dados devido à falta de energia; v) paralisação de sistemas administrativos, comerciais e evacuação da sede da empresa.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

A Companhia atende aos requisitos do sistema de licenciamento ambiental, e atualmente gerencia 385 licenças e seus requisitos em toda a área da concessão. Os serviços de tratamento, monitoramento e disposição de efluentes líquidos industriais e sanitários de algumas unidades industriais⁷ servidas pela CORSAN possuem certificação pela Norma ISO 14.001:2015⁸. O processo de gestão de riscos e impactos socioambientais segue as diretrizes do Programa Intérgue, que é a base do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (“MASS”) do Patrocinador. O Programa compreende um conjunto de 72 políticas, diretrizes, procedimentos e instruções voltados para a identificação e gestão de riscos e impactos socioambientais e atende as áreas de gestão de MASS, saúde ocupacional, segurança ocupacional, meio ambiente e responsabilidade social. O Cliente está trabalhando para regularizar um pequeno grupo de ativos que foram recebidos em 2023 sem as devidas licenças ambientais.

⁵ Os eventos de estiagem afetaram mais de 60 municípios no Estado do Rio Grande do Sul em janeiro de 2023 e 2025.

⁶ Ocorrência de ciclones extratropicais com ventos que chegam a 140 km/h, tempestades, temporais e fenômenos climáticos semelhantes. Os impactos com estes eventos se deram em Julho de 2023, Setembro de 2023, Novembro de 2023, Janeiro de 2024 e Maio de 2024.

⁷ O certificado da Norma ISO 14.001:2015 abrange as seguintes operações: i) Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo; ii) Complexo Industrial e Automotivo GM, em Gravataí; iii) os Distritos Industriais de Triunfo, Montenegro e comunidade do entorno do Polo Petroquímico Sul.

⁸ Norma NBR ISO 14.001:2015. Sistema de Gestão Ambiental.

Para aperfeiçoar o sistema e proporcionar uma gestão mais integrada dos riscos e impactos socioambientais, o Cliente integrará as diretrizes e procedimentos existentes em um Sistema de Gestão Ambiental e Social, Saúde e Segurança (“SGASS”).

4.1.b Política

O Cliente utiliza as Políticas de Gestão de EHS e de Sustentabilidade do Patrocinador, que estabelecem os compromissos da CORSAN com a gestão de riscos e impactos socioambientais e de saúde e segurança.

Enquanto a Política de Gestão de EHS se compromete com a preservação do meio ambiente, biodiversidade, gestão de eficiência energética, resíduos, recursos hídricos, monitoramentos de indicadores e gases do efeito estufa, saúde e segurança ocupacional e o atendimento dos requisitos ambientais legais, a Política de Sustentabilidade está enfocada em temas sociais, engajamento com partes interessadas, desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica, mudanças climáticas, gestão de energia, governança e outros.

Os compromissos das duas Políticas serão integrados pela CORSAN em uma Política de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança, que fará parte do SGASS.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

No âmbito do Programa Interage, a CORSAN utiliza a Instrução Normativa “Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais” e planilhas de Levantamento e Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais (“LAIA”) para avaliar os aspectos e impactos ambientais gerados nas operações e implantação de novos ativos. O foco desses procedimentos é a identificação de aspectos e impactos ambientais.

Para os riscos e impactos sociais, a CORSAN implementa o Programa Interage Social, que estabelece os procedimentos de identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e impactos sociais. A Planilha de Levantamento de Riscos e Impactos Sociais inclui, para cada operação a: (i) identificação dos riscos e impactos sociais positivos e negativos; (ii) avaliação do impacto; (iii) partes interessadas e comunidades afetadas; e (iv) plano de ação para mitigação ou prevenção.

O Cliente integrará as avaliações dos riscos de segurança ocupacional mais frequentes nas diversas operações realizadas pela Companhia para completar as análises necessárias à implementação do SGASS.

4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

Os principais riscos e impactos negativos diretos do Projeto ocorrem durante a construção de novas instalações, e em menor grau, durante a operação dos ativos. Estes podem incluir, entre outros: i) reassentamento involuntário de famílias; ii) contaminação do solo e da água; iii) interrupções no trânsito; iv) acidentes envolvendo trabalhadores e outros; v) alterações localizadas na qualidade do

ar; vi) perturbação sonora; vii) perturbação do odor; viii) aumento da produção de resíduos sólidos; ix) emergências associadas ao mau funcionamento dos ativos⁹.

Os principais impactos positivos associados ao Projeto incluem: i) despoluição de cursos hídricos degradados; ii) redução na incidência de enfermidades transmitidas pela via hídrica; iii) criação de empregos diretos e indiretos; iv) melhoria da qualidade da água em rios, lagos, córregos, reservatórios e lençóis freáticos; v) maior disponibilidade de serviços de saneamento básico para comunidades vulneráveis; vi) inclusão de populações não atendidas por sistemas de saneamento básico; vii) aumento nos níveis de consciência ambiental por parte da população atendida pelo Projeto etc.

4.1.c.ii Análise de alternativas

Uma grande parte dos ativos operacionais do Projeto foram herdados da Concessionária Estatal, que anteriormente era responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Por esse motivo, a grande maioria dos ativos de água e saneamento operacionais recebidos pelo Cliente já estão nos seus locais há muitos anos e operam sistemas com tecnologias previamente definidas. Dado este contexto, não cabe avaliar alternativas locais e/ou tecnológicas nesse conjunto de ativos.

Por outro lado, a CORSAN tem pela frente um amplo plano de investimentos cujo principal componente é a expansão das redes de coleta e tratamento de esgoto. Conseqüentemente, a implementação do CAPEX nos próximos anos estará focada principalmente em obras de implementação de redes coletoras, EEE e ETEs.

O processo de análise de alternativas locais e tecnológicas visando eliminar ou reduzir riscos e impactos socioambientais negativos tem sido aplicado para o desdobramento do CAPEX. Para tanto, o Cliente utiliza a “Diretriz para Elaboração de Estudos de Concepção para Estações de Tratamento de Esgoto” que contempla análise de alternativas locais e tecnológicas como parte do processo que precede a tomada de decisões sobre a localização de ETE. O Cliente revisará esta diretriz para aprofundar a análise de alternativas locais e assegurar uma visão abrangente sobre os possíveis riscos e impactos relacionados com a localização dos ativos.

4.1.c.iii Análise de impactos cumulativos

A análise preliminar dos impactos cumulativos demonstra que o Projeto será benéfico para alguns importantes Componentes Socioambientais Valorizados (“CSAV”)¹⁰, como: i) descontaminação de diversos cursos hídricos que atualmente recebem esgoto doméstico sem tratamento em toda a área da Concessão; ii) a biota aquática em cursos d’água que historicamente foram afetados por esgoto

⁹ Por exemplo, ruptura de adutoras e tubulações de grande porte que podem afetar comunidades lindeiras a estas.

¹⁰ Componentes Socioambientais Valorizados (CSAV) são atributos ambientais e sociais considerados importantes. Eles podem ser: i) características físicas; ii) habitats; iii) populações de animais selvagens; iv) serviços ecossistêmicos; v) processos naturais (água, ciclos de nutrientes e microclima); vi) condições sociais (saúde, econômicas etc.) ou valores culturais. Guia Prático para Avaliação e Gestão de Impactos Acumulativos na América Latina e no Caribe. BID Invest, 2022.

sem tratamento; iii) redução na proliferação de vetores de doenças¹¹ transmitidas pela água; iv) saúde pública, que será beneficiada pelo fornecimento de água potável onde este serviço não está disponível atualmente.

4.1.c.iv Riscos de gênero

O Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da AEGEA expressa a tolerância zero a qualquer forma de discriminação, preconceito, violência, assédio moral, assédio sexual ou importunação sexual, em qualquer de suas formas. A Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual, Importunação Sexual e Exploração ou Abuso Sexual de Mulheres e Crianças do Patrocinador estabelece as diretrizes referentes a identificação e descrição de diferentes formas de assédio, assim como orientações gerais para denúncias e gestão do tema.

O Código de Conduta do Parceiro de Negócio da AEGEA, aplicável a fornecedores, trabalhadores terceiros e demais parceiros do Patrocinador, estabelece a não tolerância ao assédio moral e sexual e a qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Determina, ainda, que os parceiros de negócios não devem permitir nem compactuar com o emprego de mão de obra forçada e/ou infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de seres humanos em nenhum processo relacionado a suas atividades.

O Canal de Ética recebe denúncias através de linha telefônica ou por um formulário on-line, permitindo o anonimato, e, em qualquer caso, garantindo a confidencialidade durante todo o processo de investigação. O canal está disponível para partes interessadas internas e externas. O resultado deste processo pode implicar em medidas disciplinares conforme estabelecido pela Política de Consequências e Medidas Disciplinares. Para denúncias relacionadas a assédio, discriminação e outras formas de violência psicológica, o Canal de Acolhimento oferece atendimento especializado as vítimas por profissionais qualificados da área de psicologia.

Em certos casos, empresas contratistas necessitam contratar trabalhadores não locais devido à falta de oferta de trabalhadores locais. Nestes casos, o Cliente conta com uma Guia de Orientação para Alojamentos da AEGEA, que estabelece os requisitos mínimos sobre a estrutura, conforto e condições de higiene e segurança que incluem, entre outros: banheiros com portas e trancas; salas e áreas de lazer; iluminação adequada; e não permissão de alojamentos coletivos entre homens e mulheres. A Companhia irá disseminar o Código de Conduta do Parceiro de Negócio e a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual, Importunação Sexual e Exploração ou Abuso Sexual de Mulheres e Crianças os trabalhadores terceirizados.

Com relação a participação e representação de mulheres, atualmente as mulheres representam 20% dos colaboradores e 36% dos cargos de liderança. O Patrocinador tem estabelecida a meta de 45% de mulheres em cargos de liderança até 2029¹².

¹¹ Exemplos de doenças transmitidas pela água incluem cólera, leptospirose, amebíase, disenteria bacteriana, febre tifoide, esquistossomose etc.

¹² A Aegea Saneamento emitiu um Título vinculado a metas ESG com três metas i) redução do consumo de energia em 15% medido em kWh/metro cúbico; ii) aumento de 32% para 45% de mulheres em condição de liderança, e iii) aumento de 17% para 27% de negros ocupando posições de liderança.

A Companhia busca garantir a participação de lideranças femininas no Programa Afluentes e seus processos de comunicação e engajamento com as comunidades.

A Corsan também apoia diferentes programas de responsabilidade social corporativa no qual se incluem programas voltados a geração de renda e impacto positivo para mulheres. Entre eles, por exemplo, o Programa Arte de Bordar, realizado em 2025, ofereceu cursos de bordado a mulheres em situação de vulnerabilidade social.

4.1.c.v Exposição às mudanças climáticas

Riscos de inundações existem em todo o estado do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões sul e oeste e na zona costeira. O risco de ondas de calor não é significativo atualmente, mas projeta-se que essa linha de base varie de moderada a alta com as mudanças climáticas, especialmente em um cenário de altas emissões de gases do efeito estufa. Foi identificado o risco de incêndios florestais associado aos períodos de estiagem.

Para combater as estiagens, o Cliente está implementando as seguintes alternativas: i) perfuração de poços profundos; ii) aprimoramento dos sistemas de abastecimento existentes; iii) gestão de perdas de água; iv) reforços nos sistemas de abastecimento; v) investimentos em melhoria e aquisição de reservatórios; vi) desassoreamento de mananciais; vii) uso de sensoriamento remoto para detecção e controle de perdas e viii) investimentos em automação e monitoramento do sistema de água.

O Cliente respondeu aos impactos gerados pelas chuvas e inundações de maio de 2024 com as seguintes ações: i) uso de caminhões pipa para abastecimento de pontos prioritários; ii) uso de reservatórios móveis e provisórios para levar água tratada à população atingida; iii) mobilização de mais de 200 geradores para prover energia; iv) reforço de equipes eletromecânicas para o reestabelecimento de bombas e motores; v) conserto e reconstrução de captações, adutoras e redes de distribuição de água; vi) uso de bombas e motores provisórios para a retomada do abastecimento em regiões atingidas pelo evento climático.

Para ampliar a sua capacidade de planejamento e adaptação para responder a eventos climáticos extremos, o Cliente desenvolverá um Programa de Gestão de Riscos e Impactos das Mudanças Climáticas.

O Projeto é considerado alinhado ao Acordo de Paris com base em uma análise conduzida de acordo com a Abordagem de Implementação do Alinhamento de Paris do Grupo BID.

4.1.d Programas de gestão

O Cliente utiliza o Programa Interage para cuidar da gestão de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional. O Manual de MASS do Programa Interage descreve o programa e tem como principais elementos constituintes: i) a Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança; ii) apresentação da estrutura organizacional para a gestão de MASS; iii) definição de responsabilidades e linhas de reporte; iv) apresentação das diretrizes corporativas sobre MASS; v) apresentar as ferramentas de gestão de MASS; vi) monitoramento de requisitos legais; vii) auditorias internas do sistema; viii)

apresentar as normativas do sistema de gestão ambiental; ix) gestão das condicionantes de licenças ambientais; x) gestão de saúde e segurança do trabalho; xi) relato e investigação de acidentes; xii) indicadores de segurança do trabalho (“KPI”); xiii) preparo e resposta a emergências; xiv) gerenciamento de riscos; xv) inspeções de segurança; xvi) treinamentos etc. Mediante a elaboração do SGASS o Cliente integrará a vertente de gestão de riscos e impactos sociais no sistema.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

A estrutura organizacional do Cliente para temas de gestão de riscos e impactos socioambientais, saúde e segurança está organizada em times de meio ambiente e responsabilidade social. A equipe de meio ambiente da CORSAN que opera na sede da Companhia está organizada em duas equipes: a equipe responsável pela gestão ambiental das operações (“OPEX”) e a equipe responsável pelas obras de expansão do Projeto (“CAPEX”). O time de meio ambiente responsável pelas operações está formado por 12 profissionais, incluindo 1 diretora de sustentabilidade; 1 gerente de MASS; 4 coordenadoras de meio ambiente; 1 coordenador de sustentabilidade; 3 analistas ambientais sênior, 1 engenheiro e 1 especialista em meio ambiente júnior. O time de meio ambiente que acompanha as obras de expansão do Projeto está formado por 7 profissionais incluindo 1 gerente de meio ambiente e qualidade, 2 supervisoras de meio ambiente, 1 especialista em meio ambiente júnior, 1 analista ambiental júnior, 1 bióloga e 1 assistente administrativo.

Há ainda 14 profissionais de meio ambiente que atuam nas unidades regionais da empresa. Este time é formado por 1 coordenadora de meio ambiente e qualidade, 4 supervisoras de meio ambiente, 6 analistas ambientais plenos, 1 analista ambiental júnior e 2 técnicos químicos.

A estrutura organizacional da equipe de responsabilidade social está formada por 1 gerente de responsabilidade social, 1 coordenador de programas sociais, 1 supervisora de trabalho técnico social, 30 analistas de responsabilidade social e 9 assistentes de responsabilidade social.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

A AEGEA utiliza uma diretriz para orientar a elaboração de Planos de Atendimento a Emergências (“PAE”) em suas unidades de negócio. Esta contempla as responsabilidades e os requisitos mínimos para o reconhecimento, aplicação do PAE e controle dos cenários de emergências nas atividades, visando otimizar os recursos para a gestão das emergências e minimizar as consequências. O Patrocinador também desenvolveu um Manual de Gestão de Crise, no qual são apresentadas as melhores práticas para a gestão de crises incluindo: i) objetivos dos procedimentos de gestão de crises, ii) infraestrutura para gestão de crises; iii) recursos humanos envolvidos; iv) fluxos de informação; v) orientações para o processo decisório; vi) procedimentos gerais de ação etc.

A CORSAN implementa Planos de Emergência e Contingência (“PEC”) no âmbito municipal, o que proporciona uma avaliação integrada dos riscos dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de captação, tratamento e disposição final de esgotos. Os PEC englobam: i) a identificação dos sistemas de água e esgotamento sanitário; ii) mapas e análises de risco; iii) identificação dos pontos vulneráveis nos sistemas; iv) possíveis cenários emergenciais nos sistemas; v) ações de emergência; vi) protocolos de comunicação; vii) responsabilidades pela implementação dos planos etc.

A Companhia possui atualmente 113 barragens utilizadas para o abastecimento de água em diversos municípios. Nos termos da legislação Brasileira¹³, o risco de cada barragem é avaliado levando em conta a categoria de risco e o dano potencial associado em casos de rompimentos. Em barragens que apresentam risco e/ou danos potenciais associados relevantes, devem ser elaborados e implementados Planos de Segurança de Barragem (“PSB”) e Planos de Ação de Emergência (“PAE”) específicos para gerenciar os riscos, prevenir e responder a eventos emergenciais. A Companhia identificou 35 barragens que requerem PSB e PAE de acordo com a legislação desenvolveu os respectivos PSB e PAE.

Os PSB incluem: i) estudos hidrológicos e avaliação técnica da infraestrutura para o escoamento da água; ii) estudos de rompimento e definição de zonas inundáveis e seguras; iii) identificação das propriedades potencialmente afetadas em caso de rompimentos; iv) estudos de estabilidade geotécnica das estruturas da barragem; v) programas de inspeções regulares da infraestrutura e ações corretivas; vi) protocolos de comunicação em caso de emergências etc. Os PAE incluem: i) plano de comunicação; ii) responsabilidades; iii) identificação de recursos humanos e materiais disponíveis para a resposta; iv) procedimentos de notificação; v) procedimentos e ações de resposta às emergências; vi) definição das zonas de autossalvamento (ZAS) e da zona de segurança secundária (ZSS); vii) diretrizes para a evacuação da ZAS etc.

O Cliente apresentará um cronograma de simulados de emergência para os ativos operacionais de maior porte (ETA e ETE), fará capacitação de brigadistas para responder a emergências e revisará a sinalização de rotas de fuga e pontos de encontro nos ativos de saneamento.

4.1.g Monitoramento e análise

A AEGEA estabelece diretrizes para a realização de auditorias internas no âmbito do Manual EHS do Programa Interage. As auditorias cobrem os seguintes tópicos: i) gestão de meio ambiente, saúde e segurança; ii) segurança do trabalho; iii) meio ambiente; iv) saúde ocupacional e v) responsabilidade social. As auditorias resultam em planos de ação que visam endereçar não conformidades e, segundo o Manual EHS do Programa Interage, deve ser realizada análise crítica dos resultados por parte da alta gestão.

No âmbito do SGASS, a CORSAN implementará um cronograma anual de auditorias internas de meio ambiente, saúde e segurança e social, implementará e reportará os resultados periodicamente.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

A AEGEA opera a partir do conceito de obtenção da Licença Social para Operar, que consiste em buscar estabelecer uma relação de confiança com as partes interessadas para obter a validação de sua atuação e permanência no território. As atividades de engajamento das partes interessadas e de Licença Social para Operar são elaborados segundo as diretrizes estabelecidas Procedimento de Engajamento de Partes Interessadas e uma série de Programas do Patrocinador que vem sendo implementados na Companhia.

¹³ Lei 12.334/2010 Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), alterada pela Lei 14.066/2020.

O principal pilar é o Programa Afluentes, que tem o objetivo de mapear e estabelecer um relacionamento de comunicação e proximidade com lideranças locais entre as diferentes regiões em que atua. Através deste canal de comunicação, a Companhia pode disseminar informações a respeito do Projeto, coordenar e validar sua entrada no território, e receber e solucionar demandas e queixas de comunidades. Atualmente, a Companhia conta com 2.874 lideranças cadastradas, distribuídas entre as regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

A Companhia também está implementado o Programa “Te Liga, Meu Rio Grande” desenvolvido em coordenação com as equipes de Responsabilidade Social, Comercial e Engenharia para engajar as partes interessadas e aumentar a adesão do público a rede de esgoto.

Adicionalmente, a Companhia implementa uma série de programas sociais que visam aproximar e engajar as partes interessadas. Por exemplo, o Programa Portas Abertas que realiza visitas guiadas às unidades operacionais com lideranças comunitárias e demais partes interessadas; e o Programa de Olho no Óleo que promove educação ambiental a respeito da correta destinação do óleo de cozinha e implementa pontos de coleta. A Corsan também apoia diferentes projetos de responsabilidade social que visam gerar impactos positivos na sociedade, principalmente com populações vulneráveis nas regiões em que atua.

4.1.h.i Divulgação de informações

Prévio ao período de obras, o Programa Porta-a-Porta consiste em uma equipe de Técnicos Sociais que visitam domicílios residenciais e comerciais para: (i) informar sobre o Projeto, tanto em relação ao período e impactos da obra, como orientar sobre as ações que deverão ser feitas pelo morador (por exemplo, ligação interna da residência à rede); (ii) identificar, junto aos moradores, os melhores locais para instalação do ramal; e (iii) entrega de material informativo.

Durante as obras, o Programa Plantão Socioambiental instala um gazebo no local para abordar os moradores e transeuntes, levando informações sobre o Projeto em execução e entregando material informativo.

Informações sobre o Projeto e a Companhia também são divulgadas através do Programa Afluentes; e através da equipe de Comunicação em redes sociais e imprensa tradicional; durante todas as etapas de pré-construção; construção e operação.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

A Companhia possui diversos canais de comunicação externa e atendimento ao cliente que estão disponíveis por 24 horas, todos os dias da semana, sendo estes: i) linha telefônica gratuita; ii) WhatsApp; iii) atendimento virtual e Chat no site da Companhia¹⁴; e iv) aplicativo de celular¹⁵. Em horário comercial, queixas e comunicações também podem ser realizados através de v) presencialmente em lojas físicas e vi) totens de autoatendimento localizados nas lojas. A Corsan

¹⁴ www.corsan.com.br/cliente

¹⁵ App Corsan.

também conta com um Canal de Ouvidoria disponível no site da Companhia¹⁶, no qual atores externos podem apresentar reclamações ou demandas que não tenham sido atendidas de forma satisfatória através dos outros canais.

Através do Programa Afluentes, as lideranças comunitárias também podem apresentar queixas, reclamações ou outras demandas de sua comunidade diretamente no WhatsApp. Nestes casos, a equipe de Responsabilidade Social fica responsável de realizar a coordenação interna com as demais áreas competentes para atendimento e resolução prioritário.

O Patrocinador conta ainda com um Canal de Ética, disponível a colaboradores, fornecedores, clientes e partes interessadas externas, que recebe alegações em relação a ocorrência ou suspeita de atividades que violem o Código de Ética e Conduta e a legislação vigente no Brasil. Todas as denúncias são tratadas de forma confidencial e podem ser recebidas de maneira anônima. O Canal de Ética conta com uma linha de telefone gratuita e de atendimento on-line através do site da AEGEA. As denúncias são recebidas por uma empresa independente e são direcionadas ao Comitê de Ética e Comitê de Investigação, e tratadas em conformidade a Política do Canal de Ética e a Política de Consequências e Medidas Disciplinares.

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

O Patrocinador conta com Instruções Normativas que regem os diferentes aspectos relacionados a gestão de recursos humanos, incluindo: i) Gestão de Recrutamento e Seleção; ii) Gestão de Integração; iii) Gestão de Cargos e Salários; iv) Gestão de Benefícios; v) Gestão de Transferência de Colaborador; vi) Política de Participação de Lucros e Resultados; e vii) Gestão de Desligamentos de Pessoas.

O Patrocinador possui, ainda, um Código de Ética e Conduta que expressa os princípios e diretrizes a serem observados por todas as empresas da AEGEA e seus colaboradores. O Código cobre, entre outros aspectos, as diretrizes relacionadas as condutas éticas e anticorrupção; meio ambiente, saúde e segurança do trabalho; e assédio moral e sexual. Em 2025, se elaborou uma nova versão do Código de Ética e Conduta com o intuito de tornar a linguagem do documento mais acessível aos colaboradores.

A Cartilha de Benefícios do Colaborador informa aos colaboradores detalhes sobre os seus benefícios adicionais, ou seja, que não são requeridos pela legislação trabalhista. Embora o Cliente ainda não conte com uma Política de Recursos Humanos própria e que consolide os principais aspectos relacionadas a gestão de recursos humanos, todos os procedimentos de contratação e gestão de recursos humanos realizados pela Corsan seguem as diretrizes estabelecidas pelas Instruções Normativas do Patrocinador.

¹⁶ <https://corsan.com.br/ouvidoria/>

O Cliente irá desenvolver uma Política de Recursos Humanos que consolidará os principais aspectos relacionados a gestão de recursos humanos, incluindo direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

Com a privatização da Companhia, a transição ocorreu em conformidade legal e segundo os acordos estabelecidos negociados com os sindicatos locais que garantiu, entre outros, estabilidade de 18 meses aos trabalhadores.

Atualmente, a Companhia possui um total de 5.221 colaboradores diretos, contratados em conformidade com a legislação trabalhista prevista na Consolidação das Leis de Trabalho (“CLT”). A Corsan oferece aos seus colaboradores benefícios de vale-alimentação; plano de saúde médico e dental; seguro de vida; assessoria financeira, jurídica e psicológica via teleatendimento; entre outros.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

A Companhia reconhece o direito de colaboradores de se filiarem as organizações sindicais, conforme previsto na CLT e na Constituição Federal do Brasil. Atualmente, cerca de 86% dos colaboradores são filiados a sindicatos, sendo os principais o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Rio Grande do Sul (“SINDIAGUA”), o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Rio Grande do Sul (“SINTEC”) e o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (“SENGE-RS”).

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

O Programa Respeito Dá o Tom é uma iniciativa do Patrocinador que visa promover ações de diversidade, inclusão e igualdade racial, com metas estabelecidas a nível corporativo para lideranças femininas e afrodescendentes. Na Corsan, 35,4% das lideranças são colaboradoras mulheres e 16,5% são colaboradores afrodescendentes. O Programa inclui atividades de conscientização e sensibilização de colaboradores, como palestras e rodas de conversas, além da capacitação e desenvolvimento de colaboradores para cargos de lideranças.

O Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da AEGEA expressa a tolerância zero a qualquer forma de discriminação, preconceito, violência, assédio moral, assédio sexual ou importunação sexual, em qualquer de suas formas. O Canal de Ética está equipado para receber denúncias de discriminação e a AEGEA possui, ainda, um Canal de Acolhimento destinado ao atendimento humanizado a vítimas de, entre outros, discriminação.

As denúncias recebidas pelo Canal são investigadas de acordo com as Instruções Normativas e Políticas Internas, incluso a Política de Consequências e Medidas Disciplinares do Patrocinador.

4.2.a.v Redução de pessoal

A privatização da Companhia incluiu um processo de integração de colaboradores da Corsan; capacitação interna de equipes; mobilização de colaboradores da AEGEA de outras unidades; e redefinição de quadro de colaboradores.

Segundo acordos coletivos negociados com os sindicatos locais, esta transição garantiu estabilidade de 18 meses aos colaboradores da Corsan a partir da data em que o Patrocinador assumiu a gestão da Empresa. Após este período de estabilidade e avaliação do quadro de empregados advindo da administração estatal, a Corsan retomou condições para realizar desligamentos sem mútuo acordo; nesses casos, foram oferecidos benefícios adicionais, como extensão de plano de saúde, consultoria de carreira, apoio psicológico, entre outros..

Respectivo aos trabalhadores terceirizados, uma vez concluída as obras de extensão de redes de esgoto e água, eles serão realocados pelos seus próprios subempreiteiros a outros projetos.

4.2.a.vi Mecanismo de reclamação

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores um canal interno (“Meu RH”), disponível através do WhatsApp e do Teams, específico para dúvidas, queixas e solicitações relacionados a questões trabalhistas.

O Canal de Ética também está disponível para colaboradores e terceiros que queiram apresentar queixas, dúvidas ou reclamações relacionadas a questões de possíveis violações do Código de Ética e Conduta e da legislação brasileira. A AEGEA disponibiliza, ainda, um Canal de Acolhimento para vítimas de assédio moral, assédio sexual, importunação sexual, exploração ou abuso sexual, discriminação e outras violências psicológica. O Canal conta com equipe especializada e oferece apoio psicológico.

A Instrução de Trabalho Investigativo estabelece os procedimentos internos e diretrizes para o recebimento, investigação e resolução das demandas apresentadas através do Canal de Ética e do Canal de Acolhimento.

Em todos os canais, é assegurada a confidencialidade. O Canal de Ética permite, também, o recebimento de queixas anônimas. O Guia do Canal de Ética, documento desenvolvido para orientar os interessados sobre o Canal, expressa, ainda, a tolerância zero a qualquer tipo de conduta que objetive dificultar as atividades de investigação e a qualquer forma de retaliação, perseguição ou prejuízo a denunciante e testemunhas.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

Os colaboradores diretos do Patrocinador e seus trabalhadores terceirizados têm garantido seus direitos trabalhistas em conformidade a legislação trabalhista vigente estabelecida pela CLT.

O Código de Conduta do Parceiro de Negócio expressa a proibição de seus fornecedores, provedores, e contratistas a atuar ou compactuar com o emprego de mão de obra infantil, forçada, ou em condições análogas à escravidão.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

A CORSAN gerencia ativamente os riscos e impactos na saúde e segurança do seu pessoal e de terceiros contratados, apoiado por diversas Plataformas de Gestão e um conjunto de procedimentos e instruções sobre temas de saúde e segurança do Programa Interage, incluindo: i) levantamento de perigos e análise de riscos; ii) instruções para trabalho em altura; iii) segurança em eletricidade; iv) análise preliminar de riscos; v) serviços em espaços confinados; vi) movimentação de cargas; vii) inspeções de segurança etc.

O Compromisso da Companhia com temas de saúde e segurança é evidenciado pela implementação de 10 “Regras de Ouro” para gerenciar riscos e prevenir incidentes e acidentes. Estas definem os procedimentos e requisitos obrigatórios sobre os seguintes tópicos: i) trabalho em altura; ii) espaços confinados; iii) movimentação de cargas; iv) serviços de escavação; v) bloqueio, identificação e zero energia; vi) veículos e equipamentos móveis; vii) equipamentos de proteção individual e coletivos; viii) análise preliminar de risco (“APR”) e permissão de trabalho (“PT”); ix) comunicação de acidentes e x) direito de recusa.

A comunicação sobre temas de prevenção contra riscos e acidentes é disseminada diariamente aos times de obra, mediante a implementação de Diálogos Diários de Segurança (“DDS”). Os treinamentos em saúde e segurança ocorrem periodicamente em instalações preparadas para oferecer experiência prática em procedimentos, uso de EPI e formas seguras de trabalhar. Todas as regionais da CORSAN possuem comitês de segurança.

A gestão de saúde e segurança é apoiada através de sistemas gerenciais dentre os quais destaca-se o sistema SE Suite, mediante o qual o Cliente: i) acompanha as diretrizes corporativas do Programa Interage; ii) registra e acompanha inspeções de segurança; iii) registra e acompanha acidentes de trabalho e iv) monitora o desempenho de indicadores de performance. Além deste sistema, a gestão de saúde e segurança utiliza: i) o aplicativo Valida EPI para gerenciar Equipamentos de Proteção Individual (“EPI”); ii) o sistema SERTRAS para realizar a gestão de documentação legal de terceiros sobre saúde e segurança; iii) o Sistema SOC, software integrado de gestão ocupacional e de segurança para gestão de documentação obrigatória que evidencia o atendimento dos requisitos legais de saúde e segurança e iv) o Sistema Greenlegis para identificar e avaliar a conformidade legal com os requisitos de saúde e segurança.

Com relação à gestão de terceiros, a Companhia: i) demanda o cumprimento dos requisitos legais através do Sistema SERTRAS; ii) realiza treinamentos com as equipes de contratadas; iii) realiza inspeções em obras e identifica não conformidades; iv) monitora os indicadores e taxas de acidentes; v) realiza planejamento de atividades com o time de saúde e segurança de empresas contratadas; vi) realiza reuniões periódicas de avaliação de performance com as equipes de contratadas; vii) e premia o desempenho de contratadas.

Quanto as taxas de acidentes na CORSAN, a Taxa de Frequência (TF)¹⁷ de acidentes com afastamento oscilou entre 10,4 e 8,4, com média de 9,0 em 2023 e entre 11,2 e 6,8 com média de 6,64 em 2024 indicando tendência de queda nos acidentes com afastamento. A Taxa de Gravidade (TG)¹⁸ associada aos acidentes com afastamento oscilou entre 62 e 111,4 com média de 88,06 em 2023 e entre 30,4 e 52,5 com média de 44,68 em 2024. Os índices indicam uma melhoria na gestão de saúde e segurança nos 2 últimos anos.

4.2.d Provisões para pessoas com deficiência

A legislação brasileira¹⁹ exige que toda empresa com mais de mil colaboradores destine pelo menos 5% de vagas a pessoas com deficiência (“PCD”). A Companhia conta com um Programa de Inclusão de PCD robusto que tem como meta ampliar o número de colaboradores PCD e cumprir com a legislação.

O programa integra diferentes aspectos fundamentais para uma inclusão efetiva e segura aos novos colaboradores, que incluem: i) atividades de engajamento e conscientização interna; ii) comunicação clara em anúncios de vagas; iii) coordenação com bancos de talentos e portais de oferta e busca de empregos especializados para pessoas PCD; iv) coordenação com a equipe de saúde e segurança e elaboração de Planos de Ação EHS para garantir a acessibilidade e adaptação; entre outros.

4.2.e Trabalhadores terceirizados

O Cliente conta atualmente com 5.507 trabalhadores terceirizados, contratados através de aproximadamente 190 empresas fornecedoras de mão de obra. As obras de expansão e manutenção das redes de água e esgoto são integralmente realizadas por trabalhadores terceirizados. A Corsan também conta com o apoio de terceirizados para prestação de serviços como auxiliar de serviços gerais, limpeza, motoristas, vigilância, call center, entre outros.

Entre estes trabalhadores, 123 são contratados através do Programa Vem Com A Gente, um programa desenvolvido com o enfoque em capacitação e contratação de mão de obra local.

A Companhia implementa a: (i) Instrução Normativa de Premissas de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente para Empresas Contratadas e Prestadoras de Serviços e a (ii) Lista de Requisitos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente para Prestadores que estabelecem os requisitos obrigatórios que devem ser apresentados pelas empresas contratadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação trabalhista e de requerimentos e capacitações de saúde e segurança. De acordo com a atividade a ser exercida, a Companhia também requer a apresentação de análises de riscos e programas de prevenção de riscos ambientais. A fim de assegurar a correta implementação destes requerimentos, o Cliente realiza inspeções regulares em campo.

¹⁷ A Taxa de Frequência (TF) é calculada a partir da seguinte fórmula: número de acidentes com afastamento x 1.000.000 / quantidade de horas trabalhadas. Mede a frequência de acidentes com afastamento.

¹⁸ O Índice de Gravidade (IG) é calculado a partir da seguinte fórmula: número de dias perdidos somados aos dias debitados x 1.000.000 / quantidade de horas trabalhadas. Mede o tempo perdido, o que está associado à gravidade dos acidentes.

¹⁹ Lei No. 8.213 de 24 de julho de 1991.

Quando as empresas contratistas necessitam contratar trabalhadores temporários não locais devido à falta de oferta de trabalhadores locais, a Companhia requer que os alojamentos cumpram com a Guia de Orientação para Alojamentos da AEGEA, que estabelece os requisitos mínimos em conformidade com a normativa aplicável²⁰. O Cliente realiza inspeções mensais aos alojamentos de empresas contratistas. Qualquer não-conformidade é registrada e estabelecido um prazo para a correção.

4.2.f Cadeia de abastecimento

A gestão de fornecedores é regida pelas Instruções Normativas da Aegea Saneamento referentes a: (i) Cadastro de Fornecedores e Clientes; (ii) Pagamento de Fornecedores; (iii) Política de Relação com Parceiros de Negócio; e (iv) Código de Ética de Parceiros de Negócio.

Todos os fornecedores são cadastrados através de uma plataforma on-line interna e submetidos a uma Devida Diligência de Integridade (“DDI”) prévio a sua contratação no qual são consultados mídias negativas, processos judiciais e consultas de listas restritivas, tal qual a Lista Suja do Ministério do Trabalho²¹.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

Com relação à sua matriz energética, a Companhia alcançou uma participação de 97% no uso de energia renovável. Isso foi possível devido à migração de 99% da carga de alta tensão para contratos de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre (ACL), bem como à implantação de projetos de energia solar distribuída e autoprodução²². Na matriz de consumo de energia da CORSAN, 95% da energia está associada aos sistemas de tratamento de água e apenas 5% do consumo está associado aos sistemas de captação e tratamento de esgotos. Entre os meses de março de 2024 a março de 2025, o consumo médio mensal de energia alcançou 36,08 GWh, oscilando entre 32,29 e 40,67 GWh. O consumo total do período alcançou 469,03 GWh. Em razão da expansão dos serviços de esgotamento sanitário e da adoção dos geradores de hipoclorito²³, para o ano de 2025 está previsto um aumento no consumo de energia, que deverá alcançar os 490,47 GWh.

Como medida de eficiência energética, o Cliente monitora o consumo específico de energia associado aos sistemas de água e esgoto e implementa medidas para melhorar a eficiência no consumo de energia. As principais medidas adotadas incluem: i) substituição de quadros de comando obsoletos por conversores de frequência; ii) aquisição e uso de oxímetros para regular o

²⁰ Norma Regulamentadora (“NR”) 24, que dispõe sobre as condições de Alojamentos.

²¹ Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

²² Como exemplos das iniciativas para maximizar o suprimento de energia renovável, a CORSAN utiliza uma pequena central hidrelétrica, uma usina fotovoltaica e uma usina de biomassa que utiliza casca de arroz como combustível.

²³ A CORSAN está retirando o uso de gás cloro para geração de hipoclorito de sódio usado para a desinfecção da água tratada nas ETA e substituindo o antigo sistema por reatores de hipoclorito, que geram o produto a partir de uma salmoura concentrada de cloreto de sódio. Isto eliminou os riscos associados ao uso do gás cloro nas unidades.

uso de aeradores em ETE; iii) aquisição e uso de kits para limpeza (PIG) de adutoras de água bruta; iv) substituição de motores elétricos obsoletos por novos motores de alto rendimento energético e v) a modernização de bombas hidráulicas por modelos modernos, mais eficientes. Essas iniciativas resultaram em aumento da eficiência no consumo de energia. Como evidências, no ano de 2024 atingiu-se o valor de 0,69 kWh/m³ (4,17% de redução em relação ao valor em 2023 de 0,72 kWh/m³) nos sistemas de distribuição de água e no mesmo período atingiu-se o valor de 0,51 kWh/m³ (12% de redução em relação ao valor performado em 2023 de 0,58 kWh/m³) para os sistemas de esgoto.

4.3.a.i Gases do efeito estufa

A AEGEA realiza inventário anual das emissões de gases do efeito estufa incluindo todas as subsidiárias segundo a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2023, ano em que a Patrocinador assumiu o controle da CORSAN, a Companhia emitiu 54.262,11 tCO₂e para o Escopo 1, 17.185,23 tCO₂e no Escopo 2. A Companhia apresentará atualizações anuais das emissões de gases de efeito estufa.

4.3.a.ii Consumo de água

A CORSAN produz água tratada para abastecimento público como parte do seu ciclo produtivo. Os volumes de água produzidos em 2023 e 2024 foram de 638.953.924 m³ e 658.906.022 m³, respectivamente e o consumo interno de água na Companhia no mesmo período foi de 1.199.746 m³ e 731.509 m³, respectivamente.

Em 2024 o percentual de perdas de água tratada nas redes de distribuição alcançou 42,75%. A Companhia emprega diversas medidas para controlar as perdas incluindo: i) estudos de modelagem hidráulica; ii) setorização de bacias para o controle mais preciso do abastecimento; iii) gestão de pressões nos sistemas de distribuição de água mediante a instalação de válvulas redutoras de pressão (“VRP”) e outros meios e iv) substituição de redes em estado precário de conservação.

4.3.b Prevenção da poluição

Os objetivos fundamentais da Companhia incluem a entrega de água potável e o tratamento de esgotos domésticos nos diversos municípios em que atua. Para monitorar a qualidade da água e do esgoto tratado e assegurar que estes atendem aos padrões regulatórios, a Companhia possui um laboratório moderno e bem equipado, com pessoal capacitado e certificação pela Norma ISO/IEC 17.025:2017 para a realização de uma extensa gama de análises laboratoriais.

O laboratório está situado no município de Porto Alegre em um terreno com área de 2.500 m² e é operado por um time de 37 profissionais. O foco principal do laboratório é a realização de ensaios para a análise e verificação dos parâmetros para aferir a potabilidade da água. Algumas análises complementares são contratadas junto a laboratórios externos.

Esta unidade recebe amostras de 165 ETA e mais de 950 poços de abastecimento. Em 2024, o laboratório executou aproximadamente 650.000 análises físico-químicas. Em 2025 o laboratório recebeu a ampliação do escopo das análises pela Norma ISO/IEC 17.025: 2017 e possui certificação

para 80 parâmetros analíticos. O controle dos ensaios e os resultados das análises é feito no software Lins.

A frequência das análises segue as normas que regulamentam os padrões de potabilidade. As análises que requerem frequência diária são geralmente realizadas nas ETA e ETE. Em caso de detecção de desvios são realizadas investigações e elaborados planos de ação para corrigi-los. O Cliente apresentará evidências periódicas sobre a potabilidade das águas.

A CORSAN opera 169 ETE onde os efluentes domésticos dos municípios cobertos pelo contrato de concessão são tratados, visando a remoção da carga orgânica. São utilizadas diversas tecnologias de tratamento²⁴, cujas etapas básicas compreendem: i) tratamento preliminar, visando a remoção de sólidos e areia; ii) tratamento primário, que visa a sedimentação de material fino; iii) tratamento secundário, que envolve a digestão aeróbia ou anaeróbia e uma etapa adicional de decantação do efluente para que ocorra a sedimentação do lodo e materiais finos; iv) desinfecção, geralmente utilizando hipoclorito de sódio ou ultravioleta (“UV”) e v) lançamento do efluente tratado no corpo receptor previamente aprovado ou em lagoas de infiltração. Os lodos do tratamento são condicionados e parte é usada para realimentar os reatores. Outra parte do lodo é destinada a tanques de condicionamento, passa por tratamento e desidratação e é destinada para aterro sanitário, reuso em ETE ou destinado para fins de compostagem²⁵. Quando são utilizados sistemas anaeróbios, as ETE possuem queimadores para a combustão de metano.

Em 2024 a eficiência média das ETE na remoção de carga orgânica²⁶ chegou a 74,15%, com variações na eficiência dos sistemas, o que indica a necessidade de verificação constante das suas respectivas condições operacionais. O laboratório da Companhia realiza análises periódicas dos efluentes tratados, que são avaliadas segundo os requisitos normativos²⁷ para verificar a conformidade. O Cliente apresentará laudos de análise demonstrativos do atendimento da Resolução Federal CONAMA 430/11 e da Resolução Estadual CONSEMA 355/17 sobre padrões para o lançamento de efluentes, bem como relatórios periódicos de verificação da eficiência das ETEs, e tomará ações corretivas para assegurar que estas operam com a eficiência projetada.

4.3.b.i Resíduos

A Companhia dispõe de um inventário anual de resíduos sólidos e vem organizando a gestão dos resíduos mediante a implementação gradual de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”) nas suas unidades operacionais, desde 2024. O Cliente utiliza instruções do Patrocinador

²⁴ As principais tecnologias de tratamento utilizadas na Companhia incluem: i) sistemas de lodos ativados, ii) reatores anaeróbios de fluxo ascendente (“UASB”), iii) reatores de biofilme móvel (“MBBR”) e outras. A seleção da tecnologia leva em conta o procedimento interno “Diretriz para a Elaboração de Estudos de Concepção para Estações de Tratamento de Esgotos”, que determina o conteúdo mínimo dos estudos técnicos preliminares, que avaliam as necessidades de tratamento e levam em conta a disponibilidade de área, aspectos de vizinhança, proximidade do corpo receptor do efluente tratado e outros critérios.

²⁵ A compostagem é um processo natural de decomposição de materiais orgânicos, como restos de alimentos e resíduos de jardim, por meio da ação de microrganismos, como bactérias e fungos, em condições controladas de umidade, temperatura e oxigenação. O resultado é um composto rico em nutrientes, semelhante ao húmus, que pode ser usado como fertilizante natural.

²⁶ A carga orgânica é medida através das análises: Demanda Bioquímica de Oxigênio (“DBO”) e Demanda Química de Oxigênio (“DQO”), além de outros parâmetros complementares.

²⁷ Os principais requisitos normativos para verificação da qualidade do efluente final são a Resolução CONAMA nº 430/2011 e a Resolução Estadual CONSEMA nº 355/2017.

para: i) o gerenciamento de resíduos de ambulatórios; ii) coleta seletiva; iii) plano de gerenciamento de lodo; iv) diretrizes para elaboração de PGRS; v) diretrizes para o manejo de resíduos de construção civil e vi) diretrizes para o manejo de resíduos laboratoriais.

Os principais resíduos sólidos gerados pela CORSAN são lodos de ETA, ETE, lodos de fossas sépticas e embalagens de plástico. Em 2024 foram geradas 27,4 mil toneladas de lodos, os quais são destinados para: i) compostagem, ii) reuso de lodo em ETE própria, iii) coprocessamento e iv) envio para aterro sanitário. A Companhia utiliza os serviços de 3 centrais de compostagem para o processamento de lodos de ETA e ETE. Há estudos para potencializar o reuso de lodos para compostagem e como insumo em atividades de fertirrigação. Em caso de envios de lodos para aterros sanitários ou coprocessamento, o Cliente tem contratos com empresas licenciadas para o transporte e a destinação final dos resíduos. A regularidade destas atividades é assegurada mediante a emissão de Manifestos de Transporte de Resíduos (“MTR”) e Certificados de Destinação Final (“CDF”) referentes às remessas de resíduos.

Os resíduos recicláveis, que incluem alguns tipos de embalagens plásticas e outros materiais, são destinados mediante acordos com grupos e cooperativas de reciclagem. Em 2024 foram geradas 86,6 toneladas de resíduos recicláveis.

As principais adequações previstas pela Companhia para a correta gestão de resíduos em ETA e ETE incluem: i) a instalação de centrais para o armazenamento temporário de resíduos; ii) organização dos recipientes de coleta de resíduos sólidos nos ativos e nos canteiros de obras; e iii) mapeamento de fornecedores especializados no transporte e a disposição final adequada de resíduos perigosos visando a correta implementação dos PGRS.

O Cliente prosseguirá na implementação de PGRS nas unidades operacionais e apresentará o respectivo cronograma de implementação.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

Os ativos de saneamento manipulam diversos produtos químicos utilizados em diversas etapas de tratamento de água e efluentes, dentre os quais destacam-se: i) o hipoclorito de sódio, ii) sulfato de alumínio; iii) ácido fluorossilícico; iv) cal hidratada e outros produtos. Os produtos químicos de maior volume são armazenados em tanques segregados, no interior de bacias de contenção de derrames. O armazenamento de produtos químicos no laboratório central da Companhia é feito de forma organizada em ambientes segregados e de acesso controlado.

Originalmente os ativos da Companhia utilizavam cilindros de gás cloro para produzir hipoclorito de sódio. Esse tipo de sistema apresenta riscos importantes para a saúde e segurança dos operadores e requer procedimentos específicos de resposta a emergências. A Companhia desenvolveu um Plano de Emergência específico para atender a cenários de vazamentos do gás cloro em ETA e segundo o informado, as unidades que ainda operam esses sistemas possuem equipamentos e pessoal capacitado para responder a eventuais cenários emergenciais. Atualmente o Cliente está substituindo progressivamente os antigos sistemas por reatores de hipoclorito, que utilizam como matéria prima o sal marinho, reduzindo significativamente os riscos operacionais. O Cliente

apresentará a relação de ETA e ETE que ainda possuem sistemas de geração de hipoclorito a partir do gás cloro.

Para cada ativo que utilize o gás cloro, a Companhia apresentará: i) o Plano de Ação de Emergência (“PAE”) específico da unidade, contendo os respectivos cenários de emergência a relação de equipamentos e sistemas disponíveis para resposta a emergências e procedimentos para detecção e controle de vazamentos; ii) procedimentos de verificação e manutenção periódica dos sistemas de detecção de gases e equipamentos de medição da direção e velocidade dos ventos; iii) os registros atualizados de treinamento de pessoal que opera nessas unidades para uso desses sistemas e resposta a eventos emergenciais; iv) a programação de simulados de emergência sobre o cenário de vazamento de gás cloro e v) um cronograma de substituição dos sistemas antigos por reatores nessas unidades.

O Cliente possui o Procedimento Operacional IN015-SST99 – Gerenciamento de Produtos Químicos que estabelece diretrizes para a correta gestão destes produtos. A Companhia elaborará um cronograma para a verificação do atendimento deste procedimento em ETA, ETE e no Laboratório Central e fará as adequações necessárias para um armazenamento seguro desses produtos.

Nas ETA e ETE foram observadas oportunidades de melhoria no armazenamento de produtos perigosos sobre os seguintes aspectos: i) sinalização dos produtos e dos riscos à segurança; ii) condições adequadas de armazenamento de produtos perigosos de menor volume, iii) disponibilidade de fichas de segurança de produtos químicos (“FISPQ”); iv) armazenamento adequado de embalagens de produtos perigosos, e v) disponibilidade de chuveiros lava-olhos em áreas próximas aos pontos de armazenamento destes produtos.

Os principais tipos de resíduos perigosos manipulados nas unidades operacionais incluem: i) embalagens de produtos químicos; ii) pilhas e baterias; iii) lâmpadas fluorescentes e iv) resíduos de construção civil contaminados. De acordo com o inventário anual de resíduos sólidos, em 2024 foram geradas 6,5 toneladas de resíduos perigosos.

Nos termos do PGRS de seus ativos a Companhia: i) implementará instalações adequadas para o armazenamento temporário de resíduos perigosos; ii) manterá um registro detalhado das tipologias e quantitativos destes resíduos; iii) controlará a regularidade do transporte dos resíduos perigosos mediante a emissão de MTR e iv) manterá registros referentes à disposição final destes resíduos mediante os CDF.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

O uso de pesticidas na Companhia está restrito ao combate de pragas e vetores de enfermidades nas unidades operacionais. Para controlar os riscos dessa atividade o Cliente editará o procedimento Operacional IN015-SST99 - Gerenciamento de Produtos Químicos²⁸ ou criará um procedimento para incluir a proibição expressa da aquisição e utilização de pesticidas e substâncias químicas da Classe Ia (extremamente perigoso) ou Ib (altamente perigoso) citados na Lista de Classificação de

²⁸ Aegea. Gerenciamento de Produtos Químicos. Procedimento Operacional. IN015-SST99. Revisão 4. 2022.

Pesticidas de acordo com o Dano da Organização Mundial da Saúde (“OMS”)²⁹. A Companhia incluirá cláusulas contratuais em contratos de serviços de controle de pragas, especificando a proibição sobre o uso desses produtos.

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

Os principais riscos e impactos potenciais do Projeto na saúde e segurança da comunidade incluem, entre outros: i) restrições temporárias de acesso a propriedades de terceiros durante as obras; ii) incômodo de terceiros com ruídos e poeira nas proximidades das obras; iii) interferências no trânsito durante obras; iv) aumento do risco de acidentes com terceiros no entorno das zonas de obra; v) contaminação ou inundação de vias públicas em caso de rompimento de tubulações de esgoto ou de água tratada; vi) riscos de exploração sexual de pessoas vulneráveis nas zonas de obra; viii) incômodo de terceiros com odores no entorno de ETEs e EEE; e ix) incômodos de terceiros com ruídos no entorno de ETA, ETE e estações de bombeamento de água tratada e esgotos.

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

Os principais riscos e impactos com potencial de afetação das comunidades estão associados às obras de expansão e manutenção de redes, e a construção e manutenção de ETA, ETE e estações de bombeamento. A operação dos ativos traz um rol de riscos e impactos mais limitados, dado que as redes de tubulações são subterrâneas, os ativos possuem acesso controlado, emitem baixos níveis de ruído e odores.

Para tratar dos riscos e impactos socioambientais associados com obras, a Patrocinadora preparou um Plano de Gestão Ambiental e Social de Obras e Tráfego. Este documento contempla; i) orientações para sinalização e isolamento de áreas; ii) critérios e padrões para sinalização e demarcação de zonas de obras; iii) critérios e padrões para sinalização de tráfego pedestre e veicular; iv) descritivo dos materiais de sinalização; v) requisitos de qualificação de trabalhadores; vi) critérios de posicionamento, espaçamento da sinalização; vii) requisitos para obtenção de autorização para os trabalhos; viii) requisitos de acompanhamento das obras pelas equipes da Companhia; ix) procedimentos em caso de acidentes de trânsito; x) procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes; xi) responsabilidades do plano de gestão de resíduos; xii) caracterização, manuseio, armazenamento e destinação final dos resíduos; xiii) procedimentos de gestão de efluentes líquidos; xiv) controle de emissões atmosféricas; xv) educação e sinalização ambiental da obra; e xvi) ações de comunicação e medidas de mitigação de impactos na comunidade local.

Com relação aos impactos associados às unidades operacionais, até o momento não houve registro de queixas de terceiros em relação aos temas de ruído e odores.

²⁹ International Programme of Chemical Safety (IPCS). The WHO Recommended Classification of Pesticides by Hazard and Guidelines to Classification: 2009. 2010.

Considerando que as obras são em maioria realizadas por fornecedores especializados em obras civis, o Cliente apresentará: i) relatórios periódicos demonstrando a implementação do Plano de Gestão Ambiental e Social de Obras e Tráfego; ii) requisitos contratuais que demonstrem a exigência de cumprimento dos requisitos do Plano junto às construtoras contratadas; iii) evidências de auditorias periódicas de frentes de obras verificando o cumprimento dos requisitos do Plano nas áreas de sinalização de tráfego, saúde e segurança; gestão de efluentes e resíduos; controle de emissões atmosféricas e ações de engajamento e controle de impactos sociais.

Os riscos de segurança da equipe do Cliente durante os trabalhos em comunidades vulneráveis são controlados pela implementação do Programa Afluentes, que inclui um mapeamento prévio das lideranças, e a comunicação ativa antes, durante e após as obras, para alcançar uma “Licença Social” que lhe permita operar nas comunidades.

Os casos de rompimento de adutoras de grande porte e de outras tubulações são tratados no âmbito do PAE. Contudo, para responder a eventos de danos às comunidades, o Cliente preparará um Procedimento de Levantamento de Danos e Compensação de Comunidades Afetadas por Emergências.

Para controlar os riscos de exploração sexual na etapa de obras o Cliente preparará uma Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual, Importunação Sexual e Exploração ou Abuso Sexual de Mulheres e Crianças e treinará o pessoal próprio e de empreiteiras contratadas nesse procedimento.

4.4.a.ii Gestão e segurança de materiais perigosos

Os materiais perigosos são gerados apenas no interior dos ativos de saneamento como ETA, ETE, sede administrativa e outros sendo gerenciados através de PGRS específicos de cada unidade. Por outro lado, os resíduos de obras também são gerenciados dessa forma. Por este motivo não há exposição de terceiros a materiais perigosos.

4.4.a.iii Serviços do Ecossistema

As operações do Cliente são majoritariamente desenvolvidas em zonas urbanas e não há previsão de afetação material de serviços ecossistêmicos.

4.4.a.iv Exposição da comunidade a doenças

Um dos principais impactos indiretos de projetos de saneamento básico é reduzir a transmissão de doenças transmitidas pela água através do afastamento, tratamento e disposição final adequada do esgoto doméstico. Acredita-se que o Projeto contribuirá para a melhoria da saúde pública, na medida em que os índices de cobertura com sistemas de esgotamento sanitário forem sendo ampliados.

O eventual rompimento de coletores ou interceptores de esgoto pode gerar vazamentos e acúmulo temporário de esgoto nas ruas, levando ao aumento temporário da exposição de transeuntes ao esgoto bruto, e aumentando pontualmente a exposição a enfermidades de veiculação hídrica. Para

evitar esta situação, a Companhia possui um Centro de Controle Operacional (“CCO”) capaz de detectar e tratar esses eventos com rapidez, o que reduz substancialmente os riscos para as comunidades residentes no entorno das áreas afetadas por esses eventos.

4.4.a.v Preparação e resposta a emergências

Os casos de rupturas de adutoras e tubulações de grande porte representam o principal cenário com o potencial de afetar as comunidades no entorno do Projeto. A Patrocinadora desenvolveu um Manual de Melhores Práticas em Gestão de Crises que contempla diretrizes para casos que impactem a população e o CCO possui a capacidade de detecção rápida desses eventos, o que auxilia a minimizar as consequências desses cenários. No âmbito municipal, a Companhia elaborou Planos de Emergência e Contingência Municipais que contemplam o cenário de rompimento de adutoras e estabelecem algumas medidas gerais de resposta. Para gerenciar os impactos sociais deste tipo de ocorrência o Cliente preparará um Procedimento de Levantamento de Danos e Compensação de Comunidades Afetadas por Emergências para endereçar eventuais prejuízos e impactos sofridos em comunidades afetadas por eventos dessa natureza.

4.4.b Pessoal de segurança

A Companhia contrata empresas terceirizadas especializadas no fornecimento de serviços de vigilância e segurança patrimonial que atuam com equipes desarmadas.

A Corsan também implementa uma série de medidas técnicas que visam garantir a segurança patrimonial e reduzir riscos de conflito ou confronto com terceiros, como barreiras físicas; alarmes e sensores; e dispositivos anti-escalagem, como concertina.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

4.5.a Aspectos gerais

As atividades de expansão de redes de esgoto e água, assim como de implantação de novos ativos de saneamento, podem requerer, em alguns casos, a desapropriação de terrenos e de áreas de servidão. A Companhia realiza estes processos em áreas que estejam desocupadas, sem qualquer tipo de função social, sejam públicas ou privadas.

Como parte do processo de seleção de áreas, a Companhia realiza a análise de alternativas locacionais, visando evitar o máximo de riscos ou impactos a terceiros. Os terrenos são avaliados de acordo com o Procedimento Técnico de Avaliação de Áreas, que está baseado na Norma Brasileira Regulamentadora 14653-1 (“NBR 14653-1”) que dispõe sobre metodologia de avaliação de bens.

O cliente deverá elaborar uma Estrutura de Reassentamento Involuntário e de Restauração dos Meios de Vida, que deverá ser implementada no caso de, futuramente, seja identificada a necessidade de reassentamento físico ou econômico involuntário.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

4.6.a Requisitos gerais

Em geral os ativos de saneamento operados pela Companhia estão situados em áreas urbanas, pelo que não são esperados impactos significativos na biodiversidade. Contudo, em alguns casos os pontos de lançamento de efluente tratado nas ETE poderiam alterar a qualidade ambiental de mananciais que atravessam unidades de conservação, e existem dois processos judiciais movidos por autoridades sobre esses casos.

O Cliente utiliza a Diretriz para Elaboração de Estudos de Concepção para Estações de Tratamento de Esgoto que contempla análise de alternativas locais e tecnológicas como parte do processo que precede a tomada de decisões sobre a localização de ETE. Esta diretriz será revisada para inserir: i) estudos técnicos específicos que determinem a zona de autodepuração do efluente; ii) avaliação sobre a implementação de tecnologias mais efetivas de tratamento e iii) verificação prévia sobre os eventuais impactos sobre ambientes protegidos ou de importância ecológica, para prevenir a afetação de unidades de conservação, habitats críticos ou naturais. Estes estudos serão desenvolvidos sempre que a proposta locacional de uma nova ETE estiver na zona de influência de áreas legalmente protegidas ou de importância para a conservação da biodiversidade.

4.7 Povos indígenas

4.7.a Aspectos gerais

As atividades do Projeto são concebidas de forma a evitar interferência em áreas indígenas e quilombolas, em especial no contexto de implantação de obras de maior impacto.

No entanto, desde 1980, existe um sistema de abastecimento de água ao município de Alpestre, no qual o ponto de barramento e captação de água está localizado dentro das Terras Indígenas ("TI") Nonoai Rio da Várzea e Nonoai, no qual estão localizados povos indígenas Kaingang e Guarani. O empreendimento foi construído e iniciou sua operação ainda no final dos anos de 1980. Como parte de um processo de renovação da licença ambiental, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler ("FEPAM"), órgão ambiental responsável, requereu que a Companhia execute uma complementação do Estudo de Componente Indígena ("ECI") e oficinas para a elaboração de ações de mitigação e compensação aos povos indígenas locais, conforme aplicável.

A Companhia contratou uma consultoria especializada para elaborar um Plano de Trabalho que cobre ambas as atividades. O Plano está em etapa de revisão e aprovação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas ("FUNAI").

Paralelamente, existe uma Ação Civil Pública em andamento no qual se manifesta a solicitação de implementação de um sistema de abastecimento de água potável as comunidades e famílias da Terra Indígena ("TI") Nonoai. No momento, o Cliente está elaborando estudos de viabilidade técnica, que deverão ser complementados com levantamento de dados sociais locais a serem coletados e fornecidos pela Secretaria de Saúde Indígena ("SESAI") do Ministério de Saúde do Brasil.

Não foram identificados outros casos de terras ou comunidades indígenas e quilombolas nas áreas de influência ou que pudessem ser afetados pelas atividades da Companhia.

4.7.a.i Prevenção de impactos adversos

Caso seja determinada a viabilidade do projeto de abastecimento de água na TI Nonoai e as ações de implementação sejam delegadas para a CORSAN, a Companhia tomará medidas específicas para evitar potenciais impactos negativos que estariam associados à provisão dessa infraestrutura e serviço. Neste caso, para elaboração e execução do projeto, o cliente contará com o apoio de um consultor competente, especializado em povos indígenas, para a elaboração de um Estudo e Avaliação de Impacto e, conforme aplicável, um Plano Básico Ambiental, que deverão ser elaborados em conformidade com os requisitos legais e o Padrão de Desempenho 7 da IFC.

4.7.a.ii Participação e consentimento

Se o projeto de abastecimento for aprovado e ficar sobre a responsabilidade da CORSAN as atividades de comunicação, engajamento e participação na TI Nonoai serão executados pelo Cliente em conformidade com as Instruções Normativas do Patrocinador que estabelecem as diretrizes para Contato com Comunidades Tradicionais e processos de Consulta Informada e Participação ("CIP") ou Consentimento Livre, Prévio e Informado ("CLPI"), conforme aplicável.

4.7.b Circunstâncias que exigem consentimento livre, prévio e informado

Se o projeto de abastecimento for aprovado e ficar sobre a responsabilidade da CORSAN, o Estudo e Avaliação de Impacto na TI Nonoai realizado pelo consultor especializado deverá indicar se as eventuais obras de abastecimento de água requererão um processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado ("CLPI") segundo os critérios do Padrão de Desempenho 7 da IFC.

4.8 Patrimônio Cultural

4.8.a Proteção do patrimônio cultural na elaboração e execução do projeto

De acordo com as normativas que regem o tema do Patrimônio Cultural no Brasil, a Companhia, ao requerer as devidas licenças ambientais para a instalação de novos ativos, deve realizar consulta às instituições que cuidam do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual ou municipal, sempre que a proposta tiver o potencial de afetar edificações tombadas, sítios arqueológicos, paleontológicos ou patrimônio histórico imaterial.

Para assegurar que eventuais afetações sejam detectadas na etapa inicial do Projeto, o Cliente revisará a Diretriz para Elaboração de Estudos de Concepção para Estações de Tratamento de Esgoto para incluir uma checagem prévia e consulta as autoridades especializadas no tema do Patrimônio Cultural sobre a existência de sítios ou edificações de interesse cultural na área de influência do novo ativo. Também preparará um Procedimento de Achados Fortuitos para prevenir eventuais impactos ao Patrimônio Cultural durante as obras de ampliação das redes e ativos de água e saneamento, e treinará o pessoal próprio e empresas contratadas na implementação desse procedimento.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link: <https://corsan.com.br/> .